



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n°, Centro Cívico, no Município de Curitiba, Paraná, torna público que promoverá nas condições enunciadas neste Convite, licitação e contratação regida pela Lei Estadual n° 15.608/07, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2007, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, pela Lei Complementar Federal n.º 123/06 e suas alterações, de 14 de dezembro de 2006, pela Lei Federal n° 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, pelo Decreto Estadual n° 4.889, de 31 de maio de 2005, pela Resolução do CONAMA n° 307, de 5 de julho de 2002, estabelecidas pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL, de acordo com a Lei Estadual n° 16.841 de 28 de junho de 2011 e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto Estadual n° 2.706, de 21 de setembro de 2011, e pelas Condições Gerais de Contratos aprovadas pela Resolução n° 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n° 8572 de 19 de outubro de 2011.

1.0. PREÂMBULO

1.1 MODALIDADE E TIPO DA LICITAÇÃO: Convite, menor preço, licitação e contratação em regime de empreitada por preço global.

1.2. OBJETO: Elaboração de Laudo Técnico (estrutura, solo, etc.) com o objetivo de avaliar as patologias em elementos estruturais e de fechamento observadas no Bloco de Alojamento/ Adjacências da Colônia Penal Industrial de Maringá/CPIM, sito à Estrada Velha de Paiçandu, N° 2812, CEP 87140-000, Maringá/Pr.

1.2.1. Os serviços deverão atender o seguinte:

Os arquivos de desenhos/projetos deverão seguir padrão de apresentação da SEIL e ser entregues em DWG (AUTOCAD 2000 ou compatível), PLT e PDF, laudos/relatórios/memorais/etc. em WORD ou compatível, planilhas em EXCEL ou compatível, em mídia eletrônica;

- Arquivos de desenho/projetos: fornecer 03 (três) cópias em papel sulfite e três mídias eletrônicas. Arquivos de Laudos/relatórios/memorais/etc: fornecer 03 (três) cópias em papel sulfite folha A4) e três mídias eletrônicas. Todos os arquivos deverão ser entregues assinados, juntamente com suas respectivas ART's e/ou RRT's;

- Os serviços de engenharia deverão atender ao Manual de Apresentação de Projetos da SEIL;

- O contratado deverá fornecer um jogo de cópias em papel sulfite e em mídia eletrônica para a consulta e análise prévia da **SEJU**.

1.2.2. Serviços a serem contratados:

Laudo Técnico (estrutura, solo, etc.) a ser elaborado, em conformidade com as Normas Técnicas pertinentes, contendo no mínimo:



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE N° 002/2013**

- a) Inspeção Técnica das Patologias a ser realizada no Bloco de Alojamentos/Adjacências da CPIM, com a execução de prospecções (mínimo de 10 prospecções) em peças de concreto (pilares, vigas e lajes), acompanhada de relatório minucioso do constatado;
- b) Relatório Fotográfico, com o registro das situações observadas/encontradas e das prospecções;
- c) Laudo Técnico Conclusivo que deverá dar resposta, no mínimo, aos seguintes quesitos:
- Qual a origem das patologias (causa, natureza e dimensão)?
 - Existe risco de colapso de alguma peça estrutural? Se positivo, o colapso de alguma peça poderá levar ao colapso da área afetada e/ou dos demais blocos que compõem a CPIM?
 - O motivo que deu origem às patologias já estabilizou ou continua atuando?
 - Existe risco de ocorrer novas acomodações no terreno e/ou na estrutura das edificações da CPIM?
 - As áreas interditadas devem continuar sem uso ou podem ser total ou parcialmente ocupadas?
 - Qual a proposta de solução e qual a sua forma de execução?
 - Haverá necessidade de elaboração de Projeto de reforço estrutural?
 - Demais quesitos julgados oportunos para o caso.
- d) Sondagem Geológica à Percussão (mínimo de 03 furos) a ser realizada na área atingida pelas patologias (local dos furos a ser definido em conjunto com a equipe técnica da SEJU);
- e) Teste de esclerometria a ser executado nas peças de concreto danificadas (mínimo de 10 pontos);
- f) Prova de carga a ser realizada na área dos Alojamentos 27 e 28 e Circulação contígua (Piso Superior), com medição a laser das deflexões;
- g) Nivelamento a laser das lajes do Pavimento Térreo e Superior do Bloco de Alojamentos/CPIM área afetada, visando medir as possíveis deflexões;
- h) Teste de estanqueidade das Galerias de Águas Pluviais próximas do Bloco afetado;
- i) Ensaio de compactação e umidade (com o uso de humedímetro), mínimo de 05 pontos, a ser realizado na área de terreno onde está implantado o Bloco de Alojamento/Adjacências da CPIM, com o objetivo de verificar as condições de execução do aterro existente no local e de detectar a possível presença de umidade;



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE N° 002/2013**

j) Projeto da Proposta de Solução (incluindo memorial descritivo, relação de materiais e cronograma de execução) contendo a definição técnica da intervenção e/ou recuperação a serem executadas.

1.2.3. Observações importantes:

- A **SEJU** fornecerá à empresa contratada os dados técnicos disponíveis relativos à CPIM (projetos, sondagem, orçamentos, etc.).

- A proponente deverá indicar um profissional habilitado, com titulação de Engenheiro ou Arquiteto, para a Coordenação dos trabalhos objeto do Edital. Tendo em vista a especificidade do citado objeto, será considerado que o respectivo profissional detenha, entre outras experiências, conhecimento em avaliação de estruturas de concreto armado, bem como domínio técnico em tecnologia de concreto e mecânica dos solos.

- 1.3. PREÇO MÁXIMO: R\$ 51.150,00 (cinquenta e um mil, cento e cinquenta reais).
- 1.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DE PROJETOS: O pagamento dos serviços será efetuado pela O pagamento dos serviços será efetuado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, após entrega e aceite dos serviços pela SEJU.
- 1.5. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de aceite da Ordem de Serviço.
- 1.6. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de aceite da Ordem de Serviço.
- 1.7. REGIME DE EXECUÇÃO: Regime de empreitada por preço global.
 - 1.7.1. Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com a Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, as Condições Gerais nº 07, item 07.04 e 07.05, das Condições Gerais de Contratos (Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8572 de 19 de outubro de 2011).
 - 1.7.2. O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em Lei Federal, considerando-se a variação ocorrida desde a data da apresentação da proposta, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido nas Condições Gerais de Contratos.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

- 1.7.3. Tal procedimento somente será admitido se, após prorrogação, o prazo de execução do objeto do ajuste for superior a 12 meses, em atendimento aos termos do art. 2º da Lei nº. 10.192/2001. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.
- 1.8. RECURSOS FINANCEIROS: Dotação Orçamentária 4903.14421034.183 – Gestão do Sistema Penitenciário, Natureza da Despesa 3390.3904 – Serviços Técnicos Profissionais, Fonte 100.
- 1.9. LOCAL PARA RETIRADA DO CONVITE, SEUS ANEXOS E PROTOCOLO DAS PROPOSTAS:
- 1.9.1. O endereço para se obter qualquer comunicação e/ou informação sobre esta Licitação é na sede da SEJU, na Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n.º 2º andar, Asa C, Paraná, na CPL– cujo horário de atendimento é das 08:30 (oito horas e trinta minutos) às 12:00 (doze horas) e das 13:30 (treze horas e trinta minutos) às 18:00 (dezoito horas), Fone/Fax (41) 3221-7253 - 3221-7203/3353-4121.
- 1.9.2. As empresas não convidadas que desejarem retirar o Convite para participar na licitação, deverão obtê-lo nos **sites** www.comprasparana.pr.gov.br (“Licitações do Poder Executivo – Licitações por Instituição – SEJU”) e www.seju.pr.gov.br

1.10. ENTREGA DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

Os envelopes contendo a proposta (Envelope nº 01) e documentação (Envelope nº 02) deverão ser entregues Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº Centro Cívico, Cep: 80530-915, térreo, **na data de 15 de abril de 2013, às 13:30 horas**

Para aferição do horário de entrega dos envelopes considerar-se-á o marcado pelo Relógio da Comissão Permanente de Licitação. Os que forem entregues após o horário estabelecido serão devolvidos fechados ao respectivo proponente.

As datas mencionadas no presente Edital foram consideradas como dias úteis. Não o sendo, considerar a data útil imediatamente posterior.

Todos os avisos pertinentes à presente licitação e o Edital serão publicados na imprensa Oficial e nos **sites** www.comprasparana.pr.gov.br (“Licitações do Poder Executivo – Licitações por Instituição – SEJU”) e www.seju.pr.gov.br.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

1.11. ABERTURA DOS ENVELOPES

A Comissão Permanente de Licitação procederá a abertura dos envelopes nº 01 - “Proposta” 15 de abril de 2013 às 13:30 horas, Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n° Centro Cívico, Cep: 80530-915, térreo, na presença dos representantes credenciados dos participantes que comparecerem no ato.

Abertos os envelopes contendo as propostas a Comissão Permanente de Licitação avaliará sua conformidade com os requisitos do Convite. Encerrada a fase classificatória serão abertos os envelopes com os documentos de habilitação observado o item 4.0 do Convite.

1.12. REPRESENTAÇÃO LEGAL

Para participar das sessões da abertura dos envelopes, as empresas interessadas far-se-ão presentes por um representante legal, com poderes para intervir nas fases do procedimento licitatório, desde que exiba, no ato da entrega dos envelopes, documento com firma reconhecida do signatário, que o identifique como representante da proponente, caso contrário ficará impedido de manifestar-se e/ou responder pela empresa. A firma pode ser reconhecida em cartório ou, no momento da abertura, pela Comissão de Licitações, com base em documentação em que há a assinatura do Representante legal ou de seu Procurador constituído, constante nos autos. Caso necessário, a Comissão poderá fazer diligência para verificar se a firma é do signatário.

1.13. IMPUGNAÇÃO E RECURSO

As impugnações e recursos administrativos deverão atender o disciplinado nos artigos 72 e 94 da Lei nº 15.608/07.

1.14. CONSULTAS

As consultas referentes a dúvidas de caráter técnico ou de interpretação deste Convite deverão ser formuladas por escrito e enviadas para o endereço da Secretaria do Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n° Centro Cívico, Cep: 80530-915, 2° andar, ala c ou via e-mail: licitacaoseju@seju.pr.gov.br, até dois dias úteis antes da sessão.

Os esclarecimentos serão comunicados formalmente a todas as Licitantes, por meio de correspondência encaminhada por e-mail;

Os estudos e dados complementares existentes nos Arquivos Técnicos da SEJU, estarão à disposição para consulta, devendo os interessados manterem contato com a CPL;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

Não sendo formuladas consultas até o prazo indicado no item 1.14 deste Convite, pressupõe-se que os documentos fornecidos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da Proposta de Preços e Habilitação, não cabendo às Licitantes, portanto, direito a qualquer questionamento posterior.

2.0. PROPOSTA (ENVELOPE N° 01)

O Envelope n.º 01 – Proposta de Preço, deverá ser apresentado devidamente lacrado e identificado, contendo obrigatoriamente a Carta Proposta, conforme modelo, em uma via, acondicionado em pasta, preferencialmente com folha numerada e rubricada, e atendendo os seguintes requisitos:

- a) ser datilografada ou digitada, conforme modelo fornecido, em papel timbrado da proponente, datada, com telefone, carimbo ou número da CNPJ/MF e demais dados exigidos;
- b) conter a razão social da proponente, nome e assinatura do titular, ou do representante legal credenciado.
- c) Para as empresas que optarem por participar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte:
 - c.1. Declaração de que a licitante se enquadra na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte (conforme modelo anexo);
 - c.2. Certidão simplificada da Junta Comercial, indicando a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, com os benefícios da Lei Complementar n° 123/06 e suas alterações, emitida em até no máximo 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a abertura da Licitação, salvo as que não possuem data de validade expressamente escrita no documento.
- d) indicar o serviço de engenharia objeto da presente licitação;
- e) conter a referência do Convite n° 002/2013;
- f) não conter emendas, rasuras ou entrelinhas;
- g) preço global, em algarismos e por extenso estando nele incluídos todas as despesas, tais como: impostos, taxas, seguros e outros inerentes:

Em caso de discrepância entre o preço grafado por extenso e o em algarismos, prevalecerá o preço grafado por extenso;

No arredondamento do cálculo do preço a ser apresentado na Carta proposta, deverá ser considerado somente duas casas decimais após a vírgula, desprezando-se as demais.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

2.1. O documento de proposta deverá ser apresentado em envelope fechado na forma seguinte:

Envelope n° 01 – Proposta de Preço

Licitação - SEJU, - Convite n° 002/2013

Objeto:

Data:

Horário:

Nome da Participante: **(se a proponente participar na qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte, além do nome deverá expressamente mencionar tal condição)**

Endereço:

2.2. O prazo de validade da Proposta deverá ser de no mínimo 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura dos Envelopes da Licitação.

2.3. A apresentação do Envelope n° 01 - Proposta de Preço faz prova de que a proponente:

- a) visitou previamente o local dos serviços, tomando conhecimento de todas as suas particularidades, não podendo, assim, alegar desconhecimento de eventuais dificuldades (desnecessária a apresentação de comprovante de que visitou o local da obra).
- b) tomou conhecimento de todas as informações, elementos técnicos instrutores e das condições locais para o cumprimento do objeto da licitação;
- c) aceitou os termos deste Convite;
- d) aderiu integralmente às Condições Gerais de Contratos.
- e) sendo vencedora da licitação assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução dos serviços a serem contratados.

3.0. DOCUMENTOS (ENVELOPE N° 02)

O Envelope n.º 02 – Habilitação deverá ser apresentado devidamente lacrado e conter, obrigatoriamente, os documentos constantes dos subitens a seguir relacionados, em uma via, acondicionados em pasta, preferencialmente com folhas numeradas e rubricadas, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

3.1. **Certificado de Registro Cadastral, emitido via Sistema GMS – Gestão de Materiais, e Serviços – DEAM/SEAP, em plena validade (no caso de empresa não convidada).**

3.1.1. Caso o Certificado de Registro Cadastral indique algum documento com prazo de validade já expirado, a proponente deverá anexar ao mesmo o



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

referido documento atualizado e válido na data da entrega dos documentos da licitação, sendo que se a Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial do distribuidor judicial da sede ou domicílio da proponente estiver com o prazo de validade expirado, a mesma deverá ser expedida com a antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da entrega dos envelopes da Licitação.

- 3.1.2. **A empresa convidada** poderá optar pela apresentação da cópia do Certificado do Registro Cadastral, observado o item 3.1.1, ou referente a comprovação de regularidade fiscal e Certidão de Falência e Recuperação Judicial apresentar a documentação exigida no subitem 3.3 e 3.4.
- 3.1.3. O profissional autônomo convidado poderá optar pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral, observado o item 3.1.1, ou apresentar documentação exigida no item 3.5.

3.2. Comprovação de habilitação jurídica, limitando-se à:

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores (**no caso de empresa convidada e não cadastrada**).

3.3. Comprovação de Regularidade Fiscal referente ao domicílio ou sede da proponente (**no caso de empresa convidada**), observado o contido no item 3.1, subitem 3.1.2, limitando-se a:

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Certidão de Regularidade (CRF) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa de Débito do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);
- d) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda;
- f) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, emitida pela Prefeitura Municipal.
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

3.3.1. Se a proponente participar na qualidade de **microempresa ou empresa de pequeno porte** será adotado o disciplinado no artigo 43 e parágrafo 1º e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

3.4. Comprovação de qualificação econômica e financeira, limitando-se a:

Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data fixada para a entrega dos envelopes da licitação.

Se a proponente participar na qualidade de **microempresa ou empresa de pequeno porte** será adotado também o disciplinado na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

3.5. Comprovação de Regularidade Fiscal do profissional autônomo (no caso de convidada), resumindo-se a:

- a) Cédula de Identidade;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);
- c) Certidão Negativa de Débito da Prefeitura Municipal;
- d) Certidão de Registro e Regularidade junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

3.6. Comprovação de qualificação técnica, limitando-se a:

3.6.1. Indicação de profissional habilitado com titulação de Engenheiro ou Arquiteto, contendo número do registro junto ao CREA ou CAU ou na respectiva entidade referente ao título, considerando a especificidade do objeto da Licitação e que será o responsável pela Coordenação dos trabalhos técnicos objeto do Edital.

3.6.2. Cópia do registro do vínculo empregatício em Carteira de Trabalho ou Certidão do CAU ou Certidão do CREA ou Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho registrado na DRT, para a comprovação de que o profissional habilitado indicado na Carta Proposta e que será o responsável pela Coordenação dos trabalhos técnicos do objeto licitado, observado o subitem 3.6.1., pertence ao quadro permanente da proponente (no caso de pessoa jurídica).

O profissional indicado deverá ser o mesmo indicado pela proponente na Carta Proposta a ser apresentada, e na qualidade de responsável pela Coordenação dos trabalhos técnicos do objeto licitado.



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE Nº 002/2013**

3.6.3. **Indicação** dos profissionais habilitados, **com titulações e certidões de registro de pessoa física junto ao CREA ou CAU ou na respectiva entidade referente ao título**, devidamente autenticadas, e que integrarão a equipe e serão os responsáveis técnicos pela elaboração dos serviços de engenharia objeto desta contratação e o **aceite** dos mesmos em participar da citada equipe, observado o seguinte:

3.6.3.1. A equipe técnica deve ser composta por profissionais habilitados, em quantidade compatível à realização dos serviços descritos no Item 1.2.2, atendidas as normativas técnicas cabíveis ao caso.

3.6.3.2. Avaliação da Experiência Profissional:

O membro da equipe técnica de engenharia indicado como responsável pela Coordenação dos Trabalhos deve apresentar a documentação abaixo relacionada expedida pelo CREA e/ou pelo CAU no caso dos da área de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, comprovando atuação em serviços de engenharias similares ao objeto da Licitação em suas especialidades. O acervo técnico deverá ser do profissional e não da empresa.

3.6.3.2.1. Documentação a ser apresentada e referente a Acervo Técnico:

- Para a Coordenação dos Trabalhos:

- **Acervo Técnico Profissional (ATP), expedido pelo CREA e/ou Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT) emitida pelo CAU**, comprovando atuação do profissional na realização de serviços de Laudo Técnico similar ao objeto da Licitação em suas especialidades, em ao menos 01 (uma) edificação administrativa/comercial e/ou Penal e/ou de Restrição de liberdade, com área de construção igual ou superior a 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), acervados, devendo o profissional pertencer ao quadro permanente da empresa;

- **Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA e/ou Certidão de Acervo Técnico com Atestado (CAT) emitida pelo CAU** comprovando atuação do profissional na realização de serviços de Laudo Técnico similar ao objeto da Licitação em suas especialidades, em ao menos 01 (uma) edificação administrativa/comercial e/ou Penal e/ou de Restrição de liberdade, com área de construção igual ou superior a 1.000,00 m² (um mil metros quadrados), acervados, devendo o profissional pertencer ao quadro permanente da empresa.

3.7. Comprovação de atendimento e dispositivo constitucional, limitando-se a:



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

Declaração da empresa de que não possui em seu quadro funcional menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz (se for o caso), conforme artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com o modelo anexo.

- 3.8. Os documentos referidos no item 3.0, subitens 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 deverão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão de Licitação ou publicação em órgão de imprensa oficial, não podendo ser fac-símile; sendo que com referência aos documentos emitidos, via endereço eletrônico/Internet e o Certificado de Registro Cadastral sujeitar-se-ão à confirmação de sua autenticidade/regularidade pela Comissão de Licitação, inobstante serem apresentados em original, por cópia simples ou autenticada.

A documentação exigida deverá estar em plena validade, e na hipótese da inexistência de prazo de validade, deverá ser emitida com antecedência máxima de até 60 (sessenta) dias da data estipulada para a entrega dos envelopes do Convite.

- 3.9. Os documentos exigidos e relacionados deverão ser apresentados em envelope fechado, contendo em sua face externa os seguintes dizeres:

Envelope nº 02 - Documentos
Licitação - SEJU, - Convite nº 002/2013
Objeto:
Data: Horário:
Nome da Participante:
Endereço:

4.0. JULGAMENTO DA LICITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

A Comissão de Julgamento observará o seguinte procedimento seqüencial para julgamento das propostas:

- 4.1. Abrirá os envelopes contendo as propostas, facultando aos presentes rubricá-las;
- 4.2. A seguir verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos do Convite, inclusive no que se refere ao preço máximo estabelecido, promovendo a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis;
- 4.3. Procederá ao julgamento e classificação das propostas restantes, de acordo com os critérios previstos no Convite.
- 4.4. Encerrada a fase de classificação das propostas, serão abertos os envelopes com os documentos de habilitação dos concorrentes classificados nos três primeiros lugares;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS PROTOCOLO N° 11.835.926-7

CV – PROJETOS C/ COORDENADOR CONVITE N° 002/2013

- 4.5. Verificado o atendimento das exigências do Convite, a proponente será declarado vencedor;
- 4.6. No caso de inabilitação da proponente melhor classificado, serão analisados os documentos habilitatórios da proponente com a proposta classificada em 2º (segundo) lugar, e assim sucessivamente, até que um proponente classificado atenda as condições fixadas no Convite.
- 4.7. No caso de empate entre as duas propostas a classificação será feita por sorteio, observado o subitem 4.8.
- 4.8. No caso da participação de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser atendido o critério de desempate estabelecido “*caput*” do artigo 44 e parágrafo 1º e artigo 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações. Em caso de empate a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá apresentar nova proposta no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após recebida a comunicação via fax, e-mail ou qualquer outro meio idôneo.
- 4.9. No caso da proponente participar na qualidade de profissional autônomo será considerado para efeitos de julgamento de propostas, em cotejo com demais propostas ofertadas por pessoas jurídicas, o preço proposto pelo mesmo acrescido de 20% (vinte por cento); o referido percentual constitui obrigação do órgão público, no caso do autônomo ser o vencedor da licitação e vir a ser contratado, a título de contribuição a cargo do agente pagador dos serviços e destinado à Seguridade Social, nos termos da legislação vigente.
- 4.10. O profissional autônomo somente será considerado vencedor do Convite, se sua proposta, observado o disciplinado no item 4.9, for inferior às propostas apresentadas pelas pessoas jurídicas participantes e, o valor contratual será aquele contido na Carta-Proposta.

5.0. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATOS

- 5.1. O presente Contrato será regido pela Lei Estadual nº 15.608/07, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, em 16 de agosto de 2007, normas gerais da Lei Federal nº 8666/93, e pelas Condições Gerais de Contratos aprovadas pela Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8572 de 19 de outubro de 2011.
- 5.2. As Condições Gerais de Contratos, dentre demais disposições, disciplinam também sobre penalidades aplicáveis, recebimento do objeto contratual, garantias, rescisão, documentação para pagamento de faturas.



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE N° 002/2013**

- 5.3. A ordem de serviço deverá ser assinada pelo participante vencedor do certame, no prazo máximo de até 07 (sete) dias corridos, contados da data da assinatura do Contrato.
- 5.4. A proponente vencedora prestará Garantia de Execução, na modalidade a ser por ela definida na forma prevista no § 1º do art. 102 da Lei n.º 15.608/07, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, observado as Condições Gerais de Contratos n° 09 (Resolução n° 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado n° 8572 de 19 de outubro de 2011).
- 5.5. A Garantia de Execução será liberada e restituída nos termos das disposições das Condições Gerais de Contratos.
- 5.6. Os pagamentos dos serviços executados serão de incumbência da SEJU.
- 5.7. Os projetos especificados ao encargo integral da contratada, desde que aceitos pela SEJU, passarão à propriedade do Estado do Paraná, para plena e irrestrita utilização pela Administração Pública, a qualquer tempo, incluindo eventuais modificações, adaptações e outros; a contratada cederá os direitos patrimoniais dos projetos a serem contratados, os quais poderão ser plenamente utilizados pela Administração.
- 5.8. As Condições Gerais de Contratos, no que não colidirem com o disciplinado na Lei Estadual n° 15.608/07, constituem parte integrante e indissociável deste Convite, independentemente de transcrição ou de qualquer outra formalidade, regendo-se esta licitação e todos os atos conexos pelas normas ali enunciadas.
- 5.9. A execução do objeto desta licitação será acompanhado pela Assessoria Técnica de Gabinete/ATA/SEJU.
- 6.0. DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 6.1. A Comissão de Julgamento da Licitação poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da habilitação ou proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório.
- 6.2. As questões omissas e divergências quanto a aspectos desta licitação serão resolvidas de conformidade com a Lei, normas administrativas e, judicialmente, no Foro da Comarca de Curitiba.

Curitiba, ____ de _____ de 2013.

Presidente da Comissão de Licitação



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE N° 002/2013**

À
Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

OBJETO: Elaboração de Laudo Técnico (estrutura, solo, etc.) com o objetivo de avaliar as patologias em elementos estruturais e de fechamento observadas no Bloco de Alojamento/ Adjacências da Colônia Penal Industrial de Maringá/CPIM.

CARTA-PROPOSTA (MODELO)

A firma / profissional _____,
com sede na cidade de _____ N° _____,
C.E.P. N° _____, TELEFONE _____, FAX
_____, CNPJ ou CPF (no caso de autônomo) _____ (**no caso de
microempresa ou empresa de pequeno porte mencionar tal condição**), propõe a Secretária
de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, a execução do objeto da Licitação supra-
referenciada, tudo em conformidade com o Edital, Condições Gerais de Contratos e Elementos
Técnicos Instrutores da Licitação.

1. O preço proposto é de R\$ _____ (_____).
2. O prazo de validade da Proposta será de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da data de abertura dos Envelopes da Licitação.

Se vencedora da licitação, assinará o Contrato Administrativo, na qualidade de representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) do C.P.F. _____ e será responsável técnico pelos serviços o Sr. (a) _____, Título _____, CREA/N° e/ou CAU/N° _____ (indicar o mesmo profissional referido no item 3.0, subitem 3.6, alíneas “b.1” e “b.3” do Convite).

_____ em _____ de _____ 2013.

DIRETOR OU REPRESENTANTE LEGAL.

NOME:
RG:
ASSINATURA:

RESPONSÁVEL TÉCNICO.

NOME:
CREA N° e/ou CAU
ASSINATURA:



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE N° 002/2013**

*MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
(MODELO)*

A Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Centro Cívico, CEP: 80530-915, Paraná, CNPJ nº 40.245.920.0001-94, celebra o presente Contrato Administrativo com a empresa _____, localizada à Rua _____, no Município de _____, CEP. _____, Fone (____) _____, Fax (____) _____, CNPJ nº _____, para a execução do contido na Clausula Primeira.

O presente Contrato será regido pela Lei n.º 15.608/07, publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná, publicada em 23 de março de 2007, normas gerais da Lei Federal nº 8666/93 e pelas Condições Gerais de Contratos aprovadas pela (Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8572 de 19 de outubro de 2011, e pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente Contrato Elaboração de Laudo Técnico (estrutura, solo, etc.) com o objetivo de avaliar as patologias em elementos estruturais e de fechamento observadas no Bloco de Alojamento/ Adjacências da Colônia Penal Industrial de Maringá/CPIM.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor global do presente Contrato é de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

O prazo de execução dos serviços objeto deste Contrato será de 30 (trinta) dias corridos e a vigência será de 180 (cento e oitenta) dias corridos, ambos contados a partir da data de aceite da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços será efetuado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná, sita à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, Centro Cívico, no Município de Curitiba, Paraná, CNPJ nº 40.245.920.0001-94.

CLÁUSULA QUINTA – DO RECURSO

O recurso financeiro para atendimento ao disposto na Cláusula Primeira será através Empenho nº _____, Dotação Orçamentária 4903.14421034.183 – Gestão do Sistema Penitenciário, Natureza da Despesa 3390.3904 – Serviços Técnicos Profissionais, Fonte 100.

CLÁUSULA SEXTA - DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente Contrato será o de regime de empreitada por preço global
Parágrafo Primeiro - Os preços contratuais dos serviços e obras poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com os artigos 113, 114, 115 e 116 da Lei Estadual nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, as Condições Gerais nº 07, item 07.04 e 07.05, das Condições Gerais de Contratos (Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8572 de 19 de outubro de 2011).

Parágrafo Segundo - O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado na periodicidade prevista em Lei Nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data da apresentação da proposta, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido nas Condições Gerais de Contratos.



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE N° 002/2013**

Parágrafo Terceiro - Tal procedimento será admitido se o prazo de execução inicial for inferior a 12 (doze) meses, e após prorrogação, o prazo de execução do objeto do ajuste superar os 12 (doze) meses, em atendimento aos termos do art. 2º da Lei nº. 10.192/2001. Não se admitirá, nenhum encargo financeiro, como juros, despesas bancárias e ônus semelhantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

As Condições Gerais de Contratos, constituem parte integrante e indissociável deste contrato, independentemente de transcrição ou de qualquer outra formalidade, regendo-se esta licitação e todos os atos conexos pelas normas ali enunciadas.

Parágrafo Primeiro - O Convite nº 002/2013 (protocolo nº 11.835.926-7) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, serão parte integrante do contrato.

Parágrafo Segundo - A Contratada prestará, a título de garantia de execução contratual, o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, observado as Condições Gerais de Contratos – CGC nº 09 (Resolução nº 032/2011, de 10 de outubro de 2011, publicada no Diário Oficial do Estado nº 8572 de 19 de outubro de 2011).

Quando a garantia se processar sob a forma de Seguro Garantia ou Fiança Bancária, a mesma não poderá ser prestada de forma proporcional ao período contratual, devendo sua validade ser de 180 (cento e oitenta) dias além do prazo de execução dos serviços. Caso ocorra prorrogação do contrato, a garantia apresentada deverá ser prorrogada.

Parágrafo Terceiro - As Condições Gerais de Contratos, disciplinam sobre os objetivos das próprias Condições Gerais de Contratos, os conceitos básicos, os regimes de execução, os elementos técnicos instrutores, os controles de execução, a qualidade e rendimento, do preço, os pagamentos, as garantias, os prazos, a responsabilidade técnica, as segurança do trabalho, a execução, as alterações contratuais, a inexecução, rescisão e penalidades, o recebimento, a avaliação de desempenho e os recursos administrativos.

Parágrafo Quarto - Os projetos especificados ao encargo integral da contratada, desde que aceitos pela (SEJU) passarão à propriedade do Estado do Paraná, para plena e irrestrita utilização pela Administração Pública, a qualquer tempo, incluindo eventuais modificações, adaptações e outros; a contratada cederá os direitos patrimoniais dos projetos a serem contratados, os quais poderão ser plenamente utilizados pela Administração.

CLAUSULA OITAVA - DO FORO

Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias originadas das obrigações reciprocamente assumidas neste contrato.

E, por assim haverem justo e contratado, é o presente assinado pelos representantes legais das partes contratantes.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

- C.P.F.:

DIRETOR E/OU REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

- C.P.F.:

DIRETOR E/OU REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA.



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROCOLO Nº 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE Nº 002/2013**

- ENGº CIVIL - CREA/PR Nº E/OU ARQUITETO - CAU/PR Nº
RESPONSÁVEL TÉCNICO DA CONTRATADA.

ORDEM DE SERVIÇO N.º _____ / 2013 - SEJU

EDITAL: CV 002/2013

OBJETO: Elaboração de Laudo Técnico (estrutura, solo, etc.) com o objetivo de avaliar as patologias em elementos estruturais e de fechamento observadas no Bloco de Alojamento/ Adjacências da Colônia Penal Industrial de Maringá/CPIM.

PRAZO CONTRATUAL: 180 (cento e oitenta) dias corridos.

VALOR CONTRATUAL.....: R\$

GERENTE DE OBRAS E SERVIÇOS.....:

EMPRESA.....:

PROJETO/ATIVIDADE.....:

Pela presente Ordem de Serviço, fica autorizada a empresa ao início dos trabalhos objeto do Contrato n.º _____, assinado em _____ de _____ de 2013.

O Prazo Contratual, de acordo com a Cláusula Terceira do Contrato acima referido, deverá ser contado a partir de _____ de _____ de 2013.

Curitiba, _____ de _____ de 2013.

SECRETÁRIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

**C.P.F.:
DIRETOR E/OU REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA**



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE Nº 002/2013**

OBJETO: Elaboração de Laudo Técnico (estrutura, solo, etc.) com o objetivo de avaliar as patologias em elementos estruturais e de fechamento observadas no Bloco de Alojamento/ Adjacências da Colônia Penal Industrial de Maringá/CPIM.

PREÇO MÁXIMO: R\$ 51.150,00 (cinquenta e um mil, cento e cinquenta reais).

DATA DA ABERTURA: dia ____ de _____ de 2013, às __:__ (____ horas).

RECEBI cópia do Convite e Elementos Instrutores supramencionados em:

Curitiba, _____ de _____ 2013.

Nome da Empresa:

Nome do Representante da Empresa:

Telefone:

E-mail:



**SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS
PROTOCOLO N° 11.835.926-7**

**CV – PROJETOS C/ COORDENADOR
CONVITE Nº 002/2013**

CONVIDADA

Convidamos Vossa Senhoria para apresentar proposta referente ao objeto abaixo:

PREÇO MÁXIMO: R\$ 51.150,00 (cinquenta e um mil, cento e cinquenta reais).

DATA DA ABERTURA: dia ____ de _____ de 2013, às __:__ (____ horas).

RECEBI cópia do Convite e Elementos Instrutores supramencionados em:

Curitiba, _____ de _____ 2013.

Nome da Empresa:

Nome do Representante da Empresa:

Telefone:

E-mail:

OBS: CASO NÃO EXISTA INTERESSE DA CONVIDADA EM APRESENTAR PROPOSTA, A FORMULAÇÃO DE SEU DESINTERESSE DEVERÁ OCORRER ATRAVÉS DE CARTA.